

SINAL-SP INFORMA

São Paulo, 1º de novembro de 2013 - nº 60

[FILIE-SE AO SINAL!](#)



NESTA EDIÇÃO

- *SINAL 25 ANOS: Sessão Solene, hoje, ao vivo*
- *Referendo sobre a filiação do Sinal à Fenafirc*
- *PASBC - Depes responde ao Sinal-SP*
- *Comemorações na Churrascaria Vento Haragano*
- *Saiu na imprensa*

SINAL 25 ANOS

Sessão Solene, hoje, **ao vivo, pela TV Câmara**

Os 25 anos do SINAL serão comemorados hoje, em Sessão Solene, no Plenário da Câmara Federal, **às 15h**, com transmissão ao vivo pela TV Câmara, conforme anuncia a grade da [programação](#) desta sexta-feira, 1º de novembro.

Para acessar a TV Câmara, clique [aqui](#).

REFERENDO SOBRE A FILIAÇÃO DO SINAL À FENAFIRC

Com 79% de votos favoráveis (731 de um total de 925 votantes), conforme o boletim Apito Brasil [nº 134](#), de 31/10/13, foi aprovada a filiação do SINAL à Federação Nacional dos Sindicatos dos Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle – FENAFIRC.

Em São Paulo, os votos favoráveis foram 80,5% (228 de um total de 283 votantes). Os votos em urna foram apurados na sede do SINAL-SP, no dia 29/10/13, com a colaboração dos filiados Antonio Baptista Carneiro e Marília Jardini Mader, que atuaram como mesários.

Para acessar a ata de abertura da urna e a planilha com a identificação dos votos, clique [aqui](#).

PASBC

Depes responde ao SINAL-SP sobre propostas de alteração no regulamento do Programa

Em ofício¹ datado de 22/10/13, o Depes se manifestou a respeito das quatro propostas de melhoria no Programa efetuadas pelo Grupo de Trabalho (GT) PASBC de São Paulo, elencadas pelo SINAL-SP em carta² datada de 31/7/13.

O Depes, embora considere viável a primeira proposta (*inclusão de previsão para que seja deduzido do valor do adiantamento para tratamento odontológico o valor que o programa cobriria, a título de auxílio, em caso de procedimento semelhante, de menor complexidade*), alega necessidade de melhor análise para sua implantação.

Quanto à segunda proposta (*alteração na forma de dedução da Participação Pessoal Direta Limitada – PDL de modo que ela passe a incidir uma única vez por evento*), o Depes entende que a medida traz elementos de subjetividade, tornando as análises complexas e sujeitas a falhas, porque dependentes da decisão do analista da conta médica. Em vista das potenciais fragilidades, o Comitê Gestor do PASBC se manifestou contrariamente à adoção da proposta.

Com relação à terceira proposta (*plantão do PASBC para autorizações de emergência fora do horário de expediente*), entre outras medidas, o Depes anunciou a intenção de reforçar junto à rede credenciada “a sistemática já vigente, que determina que nas situações de urgência e emergência, em finais de semana ou feriados e no período compreendido entre 18h e 8h, não é necessário exigir autorização prévia dos beneficiários do Programa”.

Sobre a quarta proposta (*controle do prazo de agendamento de consultas com credenciados*), disse o Depes que as dificuldades de atendimento estão basicamente restritas à marcação de consultas médicas. Para minimizar o problema, vê como solução o estreitamento da relação com os prestadores credenciados, visando maior efetividade nas parcerias, bem como a ampliação do número de profissionais nas especialidades mais carentes.

¹ Para ler o ofício do Depes, clique [aqui](#)

² ver boletim SINAL-SP INFORMA [nº 37](#), de 5/8/13

COMEMORAÇÕES NA CHURRASCARIA VENTO HARAGANO

No último dia 25/10, em São Paulo, os vinte e cinco anos de aniversário do SINAL, bem como o Dia do Servidor Público e o Dia do Aposentado do Banco Central, foram comemorados em concorrido almoço, já tradicional, na Churrascaria Vento Haragano, com a presença de 337 pessoas. Cabe notar que, nos últimos anos, vem crescendo a procura: em 2011, foram 320 e em 2012, 333, entre

ativos e aposentados.

Na oportunidade, foram sorteados variados brindes oferecidos pelas seguintes entidades parceiras do SINAL-SP, às quais somos gratos pela gentileza:

Belle & Shape – uma limpeza de pele; um plano de 30 dias de academia; e um creme corporal;

Doctor Feet – um vale presente;

Esmalteria Voilà – um serviço de manicure;

Hotel Excelsior – uma diária;

Massis Five Stars – uma diária (final de semana) para duas pessoas;

Central Park Jardins – um jantar.

Agradecemos a participação de todos no evento, bem como daqueles que, com sua filiação, vêm apoiando o trabalho realizado pelo SINAL ao longo desse quarto de século, em defesa dos servidores do Banco Central.



Para ver o álbum de fotos do evento, clique [aqui](#).

SAIU NA IMPRENSA

A CVM é um xerife desarmado e anacrônico

Diligências feitas de ônibus, diretores pagando viagens do próprio bolso, impressoras que não funcionam — o mercado de capitais nunca foi tão sofisticado, e a CVM, tão anacrônica

Thiago Brozatto, de EXAME

São Paulo - No começo de outubro, os irmãos Michel e Rodrigo Terpins, herdeiros da varejista Lojas Marisa, concordaram em pagar uma multa de 5 milhões de dólares para a SEC, órgão que fiscaliza o mercado de capitais americano.

Fizeram isso para encerrar uma investigação de oito meses que apurava se os dois haviam tido acesso a informações privilegiadas quando apostaram na alta das ações da fabricante de condimentos Heinz, em fevereiro — um dia antes do anúncio de venda da companhia para o consórcio formado pelo fundo 3G Capital, do brasileiro [Jorge Paulo Lemann](#), e a Berkshire Hathaway, do investidor [Warren Buffett](#).

Os Terpins, de acordo com a SEC, ganharam 1,8 milhão de dólares com a operação. A multa é quase três vezes maior que esse valor — mas, se fossem condenados, eles teriam de pagar mais do que isso e poderiam ser proibidos de comprar e vender ações nos Estados Unidos. Decidiram, então, fazer o acordo, e as acusações foram retiradas.

Ah, se isso tudo tivesse acontecido no Brasil...

É quase certo que nada teria sido feito até agora. A Comissão de Valores Mobiliários ([CVM](#)), responsável por fiscalizar o mercado de capitais no Brasil, leva anos para analisar indícios de irregularidades. Há processos que estão sendo avaliados desde 2000. Para piorar um pouco as coisas, a autarquia pega leve quando fecha acordos com os acusados. Quase sempre aceita o pagamento de multas muito inferiores ao valor supostamente ganho com a operação. Na terra do xerife desarmado, o crime compensa.

Essas diferenças — e, especialmente, a lentidão da CVM ao analisar irregularidades — são apontadas por 22 executivos de mercado, advogados e investidores ouvidos por EXAME como os efeitos mais visíveis dos problemas que existem hoje na autarquia brasileira.

O mercado financeiro do país se transformou nos últimos dez anos — o número de fundos de investimento se multiplicou, novas aplicações foram lançadas, houve mais de uma centena de aberturas de capital, Eike Batista veio e se foi —, mas a CVM funciona mais ou menos do mesmo jeito.

“É um órgão público, que só pode contratar funcionários por meio de concursos e tem de aprovar seu orçamento com o governo, mas tem a obrigação de acompanhar um dos setores mais dinâmicos da economia”, diz o advogado Daniel Tardelli Pessoa, do escritório Levy & Salomão. “Muita coisa não está funcionando.”

Funcionários da CVM ouvidos por EXAME dizem que falta dinheiro para quase tudo. Recentemente, os técnicos da área de fiscalização do escritório de São Paulo passaram a visitar gestoras e empresas suspeitas de irregularidade de ônibus porque a verba para táxi e para gasolina no carro da CVM são insuficientes (eles ganham 17 reais de diária, que inclui gastos com alimentação e transporte).

O diretor Otávio Yazbek diz que, para conseguir participar de eventos internacionais sobre regulação de mercado, paga parte de suas diárias de hotel. “Isso é relativamente comum. Não tem jeito.”

Para ele, o gasto é necessário para se manter a par das discussões de outros reguladores. Recentemente, a diretora Ana Novaes teve de comprar do próprio bolso um toner de impressora — filas de meia hora para imprimir documentos são coisa da vida na sede da autarquia, já que quase metade das impressoras está sem toner. A falta de gente é crônica.

Um levantamento feito em 2008 pela própria CVM constatou que cada funcionário é responsável por fiscalizar, em média, 71 fundos e empresas abertas (nos Estados Unidos, a taxa é de 13 para cada funcionário; no Reino Unido, de dez). De lá para cá, a CVM fez dois concursos e ampliou seu quadro de profissionais de 468 para 570. O número de fundos aumentou 67% no período.

Uma consequência desses problemas é que a comissão demora para mudar suas regras e acompanhar a evolução do mercado. Por exemplo: a CVM não regula a comunicação feita pelas empresas nas redes sociais.

Como fez a SEC no começo deste ano — e depois de receber reclamações de investidores, especialmente de gente que perdeu dinheiro com as companhias de Eike Batista, um contumaz usuário do Twitter —, a CVM passou a discutir uma alteração em sua instrução 358, que trata da forma como as empresas devem se comunicar.

Até hoje, os processos para investigar irregularidades tramitam em papel (o que talvez explique o drama das impressoras). Segundo um levantamento do escritório Levy & Salomão, hoje a média de tempo gasto desde o momento em que a CVM identifica uma irregularidade e faz a acusação até o julgamento chega a 723 dias, ou quase dois anos, 12% mais que em 2012.

Não é surpresa que processos importantes estejam parados. Em dezembro de 2009, um dia antes do anúncio da fusão entre Pão de Açúcar e Casas Bahia, as ações da Globex, dona da rede de eletrodomésticos Ponto Frio (do Pão de Açúcar), subiram 35%. Na época, a CVM disse que investigaria o caso, mas não abriu sequer um processo formal.

Além disso, a autarquia ainda não julgou o caso da valorização das ações da fabricante de alicates Mundial — que, em 2011, subiram quase 3000% e passaram a ser mais negociadas do que as da Petrobras. O caso começou a ser investigado pela CVM em parceria com a Polícia Federal há dois anos — em dezembro de 2012, o Ministério Público Federal entregou à Justiça uma denúncia contra dez suspeitos —, mas a autarquia, até agora, não puniu ninguém.

Passo de formiga

Mudar essa situação é o desafio do atual presidente da CVM, Leonardo Pereira, que está atacando prioridades. Uma delas é criar

um sistema para que os processos sejam digitalizados. Tem dado um trabalhão. Há um funcionário responsável por fazer isso no único escâner que funciona (dois estão quebrados) no 2º andar do escritório da CVM no Rio de Janeiro.

"Sei que são passos de formiga. As pessoas gostam de coisas rápidas. No momento, estamos diagnosticando os gargalos", diz Pereira, que está também reformulando o site da CVM, uma demanda antiga do mercado financeiro. Em conjunto com comitês que reúnem cerca de 200 pessoas, ele está concluindo um plano estratégico para os próximos dez anos. As dificuldades são tremendas.

Ex-diretor da Gol, Pereira estabeleceu metas, como zerar o estoque de casos em análise que surgiram antes de 2010 — mas ninguém na CVM ganha bônus se cumprir metas, o que dificulta tudo. Com exceção do presidente e dos diretores, os demais funcionários precisam ser concursados e só podem ser demitidos por justa causa.

Muitos funcionários estão descontentes — por diferentes motivos. Parte critica a falta de recursos da CVM. Outra parcela é contra algumas mudanças. Na primeira semana de julho, Pereira reuniu 200 deles num restaurante para que falassem sobre os problemas de sua área e dessem sugestões. Quem não quisesse se expor podia escrever ideias num post-it e colá-lo numa parede. No fim do encontro, havia mais de 1 000 bilhetinhos ali. Por enquanto, é mais papelada para analisar.

Fonte: [Exame](#)

[[[

Terceirização, um fantasma

Servidores temem que o serviço público seja tomado por trabalhadores de empresas prestadoras de serviços

O Estado de S. Paulo - 28/10/13

Se na iniciativa privada ela é um fantasma a assustar os funcionários contratados, imagine o tamanho da ameaça que representa no serviço público. Terceirização é o palavrão: pode significar, principalmente, menos cargos à disposição do funcionalismo. E formar dentro do serviço público o que, nas palavras de muitos dirigentes de entidades dos servidores, seria uma casta à parte.

"Um servidor de segunda classe", diz José Gozze, presidente da Federação das Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo (Fespesp).

Por isso, servidores de todas as esferas e níveis vigiam constantemente as tentativas de estabelecer a terceirização como prática legal - tanto nas empresas como no serviço público. No final de setembro, por exemplo, o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), estabeleceu um prazo de cinco sessões da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para votar o

parecer relativo ao Projeto de Lei 4.330/2004, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que amplia a terceirização no País. Depois desse prazo, a proposta seguiria para votação no plenário.

No último dia 15 de outubro, o PL 4.330 saiu finalmente da CCJ e foi para a Coordenação de Comissões Permanentes. O prazo adicional de cinco sessões transcorreu sem que o projeto fosse votado. Teoricamente, está pronto para ir a plenário. Mas o deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) lembra que foi feito um acordo com as bancadas do PT, PCdoB e com parlamentares de outros partidos para que o projeto não seja votado - nem neste ano nem no ano que vem.

"Estamos trabalhando no sentido de reforçar que seria uma votação conflituosa e que a Câmara ficaria com uma imagem negativa, de que estaria com a intenção de retirar direitos e de pulverizar a organização sindical dos trabalhadores", informa Berzoini.

Não ficou muito clara, para as entidades de servidores, a possível extensão ou não do que ficar definido na lei também para os serviços públicos. Mas, na visão de Ruy Braga, professor de sociologia da USP, no Jornal do Judiciário, já se tem como certo que o efeito da terceirização no funcionalismo será "devastador". "Se você abre a possibilidade de terceirizar as atividades-fim, isso significa [...] que serviços públicos passam a ser passíveis de terceirização, que podem ser adaptados a essa nova realidade", diz ele.

De acordo com o presidente da Fespesp, José Gozze, o instituto da terceirização já é um grande problema na empresa privada. "No serviço público, pior ainda. De certa forma, só serve para auxiliar financeiramente a eleição do próximo candidato", diz ele.

Redução de custos. Descoberta no final dos anos 1990, a terceirização entrou no século 21 como solução empresarial para redução de custos operacionais - sempre buscada. Em um país como o Brasil, de muitos impostos, a contratação de empresas é uma saída para outras empresas. E, às vezes, também para o Estado.

Em certos casos, o funcionalismo até admite a terceirização de serviços públicos, algumas satisfatórias, como os serviços de limpeza e coleta de lixo. Entende-se que a atividade-fim do serviço público não é a limpeza do patrimônio da cidade.

Entre as atividades que não podem ser terceirizadas, ao menos em princípio, estão as típicas de Estado - como poder de polícia, planejamento, controle, contabilidade e finanças. Enfim, todas as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, segundo diz o Decreto 2.271/77, da administração federal. Em outras palavras, é possível a terceirização de atividades-meio, não de atividades-fim.

Nem sempre isso se concretiza. Em setembro último, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou improcedente a Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho em face da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). A Ação tinha como objetivo proibir a empresa, concessionária de serviços públicos, de contratar e/ou manter mão de obra via empresas de serviços que entende

serem atividades-fim da Cemig - obras de construção, manutenção de iluminação pública, desligamento e religação de unidades consumidoras; manutenção de rede de distribuição aérea; leitura de medidores de consumo; e podas de árvores. Tudo isso seria atividade-fim, alegação que o TST não aceitou. Foi considerada, por juristas, uma decisão inovadora, que repercute tanto em outras empresas concessionárias de serviço público quanto nas empresas terceirizadas.

Neste mês, a Câmara dos Deputados analisou a Proposta de Emenda à Constituição 133/12, do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), que proíbe a terceirização e a privatização da mão de obra dos serviços e das ações de saúde pública. Segundo o texto, essas ações deverão ser executadas diretamente pelo Estado, exceto nos casos de tratados e acordos internacionais. Atualmente, a Constituição permite que as ações de saúde sejam executadas por terceiros e também por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Lourival Mendes argumenta que a terceirização nos serviços de saúde pública provoca a precarização das relações de trabalho e impede a educação continuada e qualificada dos profissionais do setor, que é caracterizado pela rotatividade. "Em saúde, todas as atividades são essenciais. A terceirização prejudica a qualidade da assistência prestada pelo Estado, pois em tão pouco tempo não é possível treinar, qualificar e fiscalizar os profissionais que cuidam da saúde dos cidadãos", afirma o parlamentar.

Fonte: [ClippingMP](#)

- Siga no [Twitter](#) as últimas notícias do SINAL-SP -

SINAL - Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
Av. Paulista, 1754 - 14º andar - cjs. 141/144
São Paulo SP - CEP 01310-920 / tel (11) 3159-0252
sinalsp@sinal.org.br / link para SINAL-SP: clique [AQUI](#)